

ATUAÇÃO SECULAR DA BANCADA RELIGIOSA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2011-2018)

DESEMPEÑO SECULAR DE LA BANCADA RELIGIOSA EN LA CÁMARA DE DIPUTADOS (2011-2018)

SECULAR PERFORMANCE OF THE BANCADA RELIGIOSA IN THE CHAMBER OF DEPUTIES (2011-2018)

Rafael Machado MADEIRA¹
Dirceu André GERARDI²
Marcos Paulo dos Reis QUADROS³

RESUMO: A literatura da Ciência Política brasileira demonstra que a bancada religiosa atua na Câmara dos Deputados de modo a defender pautas tipicamente conservadoras, ligadas à moral cristã e aos costumes tradicionais. Porém, são escassos os trabalhos sobre o comportamento dos religiosos em debates alheios a esses temas. Este artigo analisa o desempenho de evangélicos e católicos carismáticos durante a 54^a e a 55^a legislaturas, enfatizando o seu interesse por pautas seculares. Para tanto, elaboramos um banco por meio de *Data Science* e *webscraping*, sendo os dados analisados com o auxílio de *software* Python e R. O banco compreende, entre outros aspectos, a participação em comissões e os projetos de lei protocolados pelos deputados religiosos no período. Foi possível averiguar que há agendas que extrapolam a temática dos costumes, revelando interesse por determinadas pautas normalmente consideradas como seculares, mas do interesse da bancada religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: Câmara dos Deputados. Bancada religiosa. Ação legislativa. Projetos de lei. Repertório secular.

RESUMEN: La literatura de la ciencia política brasileña muestra que la bancada religiosa actúa en la Cámara de Diputados para defender agendas típicamente conservadoras, vinculadas a la moral cristiana y a las costumbres tradicionales. Existen pocos trabajos sobre el comportamiento de los religiosos en los debates no relacionados con estos temas. Este artículo analiza la actuación de los evangélicos y los católicos carismáticos durante las legislaturas 54 y 55, destacando su interés por las agendas seculares. Para ello, elaboramos una base de datos mediante *Data Science* y *webscraping*, siendo los datos analizados con la ayuda del *software* Python y R. La base de datos incluye, entre otros aspectos, la participación en comisiones y los proyectos de ley presentados por los diputados religiosos durante el

¹ Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), Porto Alegre – RS – Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Doutorado em Ciência Política - Escola de Humanidades. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3864-7673>. E-mail: rafaelmachadomadeira@gmail.com

² Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Pós-Doutorando no Departamento de Sociologia. Doutor em Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4532-184X>. E-mail: andregerardi3@gmail.com

³ Centro Universitário Estácio (ESTÁCIOBH), Belo Horizonte – MG – Brasil. Pró-reitor de Graduação. Doutorado em Ciências Sociais (PUCRS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4745-0634>. E-mail: marcosrq@hotmail.com



periodo. Se pudo constatar que hay agendas que van más allá del tema de las costumbres, revelando el interés por ciertas agendas normalmente consideradas seculares, pero de interés para la bancada religiosa.

PALABRAS CLAVE: *Cámara de los Diputados. Bancada religiosa. Acción legislativa. Proyectos de ley. Repertorio secular.*

ABSTRACT: *The Brazilian Political Science's literature demonstrates that the bancada religiosa acts in the Chamber of Deputies in order to defend typically conservative agendas linked to Christian morals and traditions. However, there are few works on the behavior of the members of the bancada religiosa in debates outside these themes. This article analyzes the performance of charismatic evangelicals and Catholics during the 54th and 55th legislatures, emphasizing their interest in secular agendas. To this end, we created a database through Data Science and webscraping, and the data were analyzed with the help of Python and R software. The data set includes, among other aspects, the participation in commissions and the bills filed by religious deputies in the period. It was possible to verify that there are agendas that go beyond the theme of customs, revealing interest in certain agendas normally considered as secular, but very important to the bancada religiosa.*

KEYWORDS: *Chamber of Deputies. "Bancada religiosa". Legislative action. Bills. Secular repertoire.*

Introdução

Se tomarmos como marco da redemocratização a eleição indireta de um civil à presidência (em 1985) ou a promulgação da nova Constituição (em 1988), constataremos que o atual regime democrático brasileiro ultrapassou a marca de três décadas ininterruptas de funcionamento. Pode parecer pouco, mas trata-se do período mais longo de continuidade das instituições que configuram um Estado Democrático de Direito em nossa atribulada história republicana.

Muitas transformações ocorreram ao longo desse período: o sistema partidário (com alguns partidos mais antigos do que o próprio regime democrático, dado que fundados a partir de 1979) se fragmentou continuamente (CARREIRÃO, 2014), a migração partidária endêmica (MELO, 2004) deu lugar a processos frequentes de fusão ou criação de novas legendas (ABRANCHES, 1998), a proibição da migração durante o mandato reestruturou o padrão de comportamento (BINS, 2017), passamos por governos de diferentes vertentes ideológicas, enfrentamos dois processos de impeachment e inúmeras crises políticas.

Porém, à margem da instabilidade, um dos raros fenômenos que demonstrou significativa constância foi a dificuldade para partidos e lideranças mais vinculadas à direita de



se assumirem enquanto tal. Já na década de 1980, Rodrigues (1987) evidenciava esse fenômeno ao frisar que poucos deputados constituintes identificaram a si próprios e os partidos aos quais estavam filiados como pertencentes às direitas. Desde então, a permanência do fenômeno da “direita envergonhada” foi constantemente testada e comprovada, podendo-se citar os trabalhos referenciais de Pierucci (1987,1999), Power e Zucco Jr. (2009) e Zucco Jr. (2011).

Contudo, após estas contribuições, começam a despontar os primeiros artigos acadêmicos que trazem evidências de que o fenômeno em tela pode estar perdendo terreno no seio da elite política brasileira. Mesmo assim, se considerarmos as análises dos pronunciamentos em plenário, até o último ano da 55ª Legislatura, salvo um grupo restrito (mas extremamente ativo) de deputados federais que se assumia enquanto de direita, grande parte dos parlamentares permanecia adotando cautela em relação a assumir e a mobilizar publicamente tal identidade (QUADROS; MADEIRA, 2018).

Mas, a partir das eleições de 2018, o cenário político e a postura de inúmeras lideranças emergentes dão sinais robustos de que esteja ocorrendo uma mudança decisiva nesse padrão. O aumento da presença de deputados vinculados às bancadas da “bala, da Bíblia e do boi” – bancadas BBB –, bem como o clima de polarização do debate eleitoral e a vitória de Jair Bolsonaro para a presidência, constituem-se em evidências concretas de que a direita está se revelando ostensivamente e em massa pela primeira vez neste período democrático.

No que tange especificamente a um dos ramos da direita, a chamada “bancada evangélica” (conhecida pela agenda de cariz conservador, apesar de ter em seu interior também parlamentares progressistas), importa observar que o processo de abandono da “vergonha” tem gênese anterior. Assim, a superação do relativo quietismo apartidário na Constituinte, o intenso ativismo político-eleitoral, a criação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003, o aumento numérico do bloco no Congresso, a crescente oposição às políticas públicas progressistas, a conquista de posições estratégicas em comissões e a mobilização de identidades conservadoras como arma política e eleitoral tornaram exitosa (e ruidosa) a ação evangélica na arena pública. Em um movimento ainda mais recente do que aquele protagonizado pelo protestantismo, a Igreja Católica, sobretudo por meio dos grupos carismáticos, investiu em parlamentares diretamente ligados às suas bandeiras.

No debate político, na cobertura midiática e mesmo nos trabalhos acadêmicos, a produção acerca da bancada religiosa (que teoricamente seria formada por evangélicos e católicos) é certamente bastante volumosa. Porém, a ênfase de tais abordagens normalmente reside na homogeneidade de atuação do grupo em temas que envolvam a moral e os costumes.



Assim, a defesa da família tradicional, a oposição às políticas públicas para a promoção de direitos aos grupos LGBT, a intensa luta contra a “ideologia de gênero” e as tentativas de frear a expansão do aborto são alguns dos elementos que demonstram o ativismo cristão/conservador e inspiram a união pontual das agendas de evangélicos e católicos no parlamento, constituindo uma das facetas da “nova direita brasileira” (COWAN, 2014).

Não é possível, nesse momento, identificar o quanto a tendência de exaustão da direita envergonhada perdurará no tempo e se terá fôlego para abranger a maioria dos deputados vinculados aos partidos de direita e às “bancadas BBB”. E não é esse, tampouco, o foco principal do presente artigo. De fato, nos propomos a restringir a análise de modo a mapear e mensurar alguns padrões de ação parlamentar de deputados evangélicos e católicos carismáticos que integram tal bancada na 54^a e na 55^a legislatura (2011-2018) da Câmara dos Deputados.

Segundo o Glossário de Termos Legislativos (2018, p. 2), a atividade parlamentar manifesta-se como o “desempenho de atividades relativas ao exercício do mandato”, tais como a elaboração, a análise e a votação de diversos tipos de propostas parlamentares nas Comissões e no Plenário. No processo legislativo, a produção de Projetos de Lei (PL), um dos mais conhecidos produtos da atuação dos deputados, define-se como o primeiro passo da ação legislativa. O trabalho descreve, assim, a ação de congressistas na elaboração de propostas tidas como “seculares”, por meio da análise do conteúdo de algumas iniciativas, quando *não* estão em disputa questões morais e de costumes.

A pesquisa, portanto, volta-se à avaliação do desempenho parlamentar de evangélicos e católicos carismáticos, mas enfatizando seus posicionamentos diante de temas seculares, ligados, sobretudo, à área da economia. Tendo como baliza temporal o espaço compreendido pelas duas legislaturas, elaboramos um banco de dados por meio de *Data Science* e *webscraping*, sendo as informações analisadas com o auxílio dos *softwares* Python e R. O banco abrange, entre outros aspectos, a participação na Comissão de Finanças Públicas e Orçamentos (CFT) e a produção legislativa desses deputados, por meio do mapeamento de Projetos de Lei protocolados nesse espaço institucional. Primeiramente, faremos uma exposição resumida da relação entre política e religião no Brasil, bem como de parte das conclusões oriundas de pesquisas publicadas sobre o tema até o momento. Em seguida, apresentaremos a sessão de material, métodos e de análise dos dados a fim de exibir as conclusões.



Política e religião no Brasil: histórico e literatura

Como ocorre em diversas sociedades, a relação entre política e religião é tão antiga quanto complexa no Brasil. Fundado – ao menos sob o ponto de vista formal – por um império decididamente católico, o Brasil nasce na senda de um ímpeto simultaneamente colonizador e evangelizador, de modo que os aventureiros europeus interessados apenas em angariar riquezas conviviam no Novo Mundo com as missões jesuítas e com o sempre presente influxo do magistério da Igreja de Roma.

Com efeito, tal influxo permaneceu mesmo após a independência, fazendo-se notar nos marcos legais, na ação de protagonistas políticos e no *modus operandi* do Estado imperial. Não é à toa que a Constituição de 1824 consagrou o regime do padroado (segundo o qual o catolicismo restava reconhecido como religião oficial, sendo o clero considerado, *grosso modo*, como pertencente ao corpo de funcionários do Estado) e que uma das mais graves crises políticas oitocentistas tenha sido justamente a célebre “Questão Religiosa”, motivada pela atitude insubordinada de um bispo, D. Vital, diante da autoridade de D. Pedro II.

Nem a extinção do padroado e o advento de uma república fortemente inspirada pelo positivismo foram suficientes para sufocar a influência católica na política brasileira. A despeito da separação Igreja-Estado e das consequências daí advindas (casamento civil, fim do ensino religioso e revogação do status de religião oficial, por exemplo), o catolicismo continuou a se fazer sentir por meio das ligações que havia forjado na sociedade. Foi assim que movimentos como a Ação Católica e as Congregações Marianas, acolhendo a Doutrina Social de Leão XIII e as conclamações de Pio XI, ressignificaram a capacidade de militância dos católicos no debate público brasileiro, agora valendo-se do expediente de transferir a linha de frente da militância para os leigos.

Importa destacar, neste particular, os resultados políticos obtidos por outro movimento importante, a Liga Eleitoral Católica (LEC), que de certo modo foi a antecessora de grupos de pressão religiosos do tempo presente. “Na eleição de 1933, para compor a Assembleia Constituinte, a maioria dos candidatos apoiados pela LEC foram eleitos”. Afinal, “A Igreja Católica tinha interesse na eleição de candidatos comprometidos com a causa católica, pois só assim seria possível manter o vínculo entre a instituição religiosa e o Estado” (DEBALD, 2007, p. 57). Fruto dessa representação, a Carta Magna englobou várias demandas católicas, como a citação de Deus no preâmbulo, a reintrodução do ensino religioso e a garantia da presença de sacerdotes em quartéis e presídios.



Na contramão do conservadorismo que caracterizava os citados movimentos, a década de 1960 vislumbrou o advento de grupos progressistas de maior destaque no seio do catolicismo brasileiro. Para além da figura de D. Hélder Câmara e da postura adotada por setores da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a chamada “esquerda católica” se viu projetada por certas inclinações irradiadas pelo Concílio Vaticano II e pela Teologia da Libertação. É o caso das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento que direcionou muitas comunidades católicas para a “opção preferencial pelos pobres” e para a participação nas “lutas populares” contra o regime civil-militar (COUTINHO, 2009). Também a esquerda tinha agora um braço católico.

Em paralelo a essa nova corrente, o catolicismo brasileiro seguiu produzindo movimentos de cariz conservador, sendo paradigmática a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada em 1960 por Plínio Corrêa de Oliveira, um leigo que, com o apoio da LEC, havia sido eleito deputado para a constituinte de 1934 com a maior votação do país.

Algumas das temáticas que mais mobilizaram campanhas por parte da TFP foram contra a reforma agrária; em defesa da família monogâmica e indissolúvel; contra o aborto; contra a imoralidade televisiva; contra o desarmamento de civis; contra o progressismo católico, contra o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), a favor do agronegócio, etc. (ZANOTTO, 2010, p. 95).

Se a LEC foi precursora na estratégia de ocupação de espaços políticos por parte dos religiosos na república brasileira, pode-se igualmente tecer paralelos entre a agenda acima descrita e os apelos da bancada religiosa da atualidade. Em suma, tratava-se ontem, como hoje, de defender a moral cristã tradicional, freando movimentos e políticas públicas de viés progressista.

Já o proselitismo específico dos evangélicos só granjeou efetivas condições de se tornar politicamente relevante a partir da redemocratização que se processou na década de 1980. Até então, o predomínio incontestado do catolicismo na sociedade tornava marginal a ressonância das demandas vindas dos setores protestantes. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o grupo denominado “evangélico” (que junta as igrejas do protestantismo tradicional, as pentecostais e as neopentecostais) compunha apenas 6,6% da



população brasileira em 1980, mas passou para 15,4% em 2000 e consideráveis 22,2% em 2010⁴.

Se o número de fiéis naturalmente poderia conferir peso político às igrejas evangélicas, notou-se uma mudança de paradigmas também na postura dessas instituições ao longo do tempo, transformando o que era potencial em realidade. De fato, o livro publicado por um assessor político evangélico em 1986, Josué Sylvestre – sintomaticamente intitulado *Irmão vota em irmão* –, evidenciava que os pastores de diferentes denominações trabalhavam para atingir um outro nível de representação das pautas cristãs, fazendo-se candidatos de modo orquestrado para representar os interesses de seus rebanhos no mundo profano. Se em 1982 apenas 12 deputados federais pertenciam às fileiras evangélicas, em 1986 esse número saltou para 32, ao passo que, em 2002, eram já 51 os congressistas evangélicos (MARIANO, 2005).

Consolidava-se, assim, um *player* inédito na política brasileira, que em muitos momentos se somou à direita secular e católica preexistente para introduzir uma nova dinâmica aos embates político-ideológicos no país.

Isso porque os católicos, claro, não se abstiveram da militância política no Brasil redemocratizado. Em paralelo às iniciativas menos visíveis movidas pela hierarquia eclesial e seus múltiplos canais institucionais, os católicos em alguma medida retomaram parte do ímpeto da Ação Católica e da LEC por meio de centros culturais católicos e do movimento da Renovação Carismática.

No primeiro caso, percebendo o crescimento da repercussão das ideias conservadoras na sociedade brasileira, vislumbrou-se a criação de entidades como o Centro D. Bosco e o Centro Anchieta, voltados à difusão da doutrina católica tradicional a partir do oferecimento de cursos de formação, da publicação de livros e da divulgação de mensagens em redes sociais. No segundo caso, o dos carismáticos, percebeu-se que a popularidade conquistada (especialmente entre os jovens) por “padres-cantores” ligados ao movimento constituía um capital que poderia ser canalizado também para a representação política.

Essa inquestionável e persistente capacidade que possuem os grupos religiosos de interferir na esfera estritamente política permite que o contexto brasileiro seja incluído na ideia de “quase laicidade” aventada por Catroga (2006). Não sem razão, portanto, é grande o interesse dos estudiosos a respeito da atuação política de tais grupos, especialmente nos parlamentos.

4 Algumas projeções supõem que o número de evangélicos tende a superar o de católicos ainda na primeira metade do século XXI (ALVES *et al.*, 2017).



Com efeito, as pesquisas acadêmicas de maior circulação a respeito da atuação dos evangélicos na política brasileira tiveram início já na década de 1990, por meio de precursores como Mariano e Pierucci (1992), Freston (1994) e Burity (1994). Tratava-se, naquele momento, de compreender um movimento de dimensão ainda imprevisível, eis que recente e que apenas deixava antever a natureza de seu âmago e os objetivos que acalentavam seus protagonistas.

Contudo, em paralelo com o avanço do número de fiéis, o sucesso trilhado por igrejas como a Universal do Reino de Deus em direção à ocupação de espaços políticos fez com que um grande volume de novos trabalhos passasse a identificar padrões mais visíveis e perenes. Assim, o alvo de boa parte dos estudos migrou para a atuação do caso concreto daquela que foi então batizada de “bancada evangélica”. Dentre esse universo enorme de pesquisas, Bohn (2004), avalia os ingredientes que formam a visão moral dos eleitores evangélicos transferida para plataformas políticas dos deputados-pastores. Natividade e Oliveira (2009) examinam os posicionamentos adotados pela bancada diante de políticas públicas discutidas no Congresso Nacional, assim como Almeida (2017) relaciona a bancada com os movimentos conservadores em geral, bem como Rodrigues-Silveira e Cervi (2019) tecem relações entre o número de igrejas existentes em níveis regionais e a votação obtida por deputados federais evangélicos e Mariano e Gerardi (2019, 2020) dimensionam as estratégias levadas a cabo pelos evangélicos em eleições presidenciais específicas, como a de Jair Bolsonaro em 2018.

Logo, a ideologia da bancada, seu desempenho no parlamento no que tange às questões caras à moral cristã, seus laços com as direitas em geral, suas bases eleitorais e seus esforços de pressão em eleições majoritárias foram bem mapeados por uma literatura justificadamente ampla.

Já as pesquisas focadas na compreensão da atuação dos católicos carismáticos nos parlamentos são menos abundantes. Ainda que o número pouco expressivo de parlamentares carismáticos possa, a priori, explicar tal defasagem, importa ponderar que há um potencial de crescimento (ou, pelo menos, de estabilização) do ativismo católico na Câmara dos Deputados, conforme nos sugere a solidez da Igreja no Brasil e seu histórico de interação com a esfera política.

Ainda assim, artigos como os de Silveira (2008) demonstram como as singularidades religiosas/teológicas da Renovação Carismática se transferem para o âmbito da visão política, Almeida e Freitas (2009) analisam os projetos de lei apresentados por deputados ligados ao movimento e Procópio (2012) sinaliza para a diversidade de perfil demonstrada pelos candidatos carismáticos em eleições.



Tanto nos trabalhos que investigam os parlamentares evangélicos quanto nos que abordam os carismáticos, percebe-se, porém, que o grosso dos esforços de pesquisa concentra-se na compreensão do comportamento estritamente religioso, dado que questões ideológicas e morais guardam relação direta com suas lealdades confessionais. Nesse sentido, há visível carência de estudos que mensurem a atuação secular destes deputados. Em síntese, é nessa tarefa que pretendemos nos debruçar nas linhas a seguir.

Mapeando da atuação secular dos religiosos

Configura a baliza temporal da presente pesquisa a 54^a e a 55^a legislatura (2011-2018) na Câmara dos Deputados. Inserimos a variável “autodeclaração religiosa”, a fim de chegarmos ao grupo dos “religiosos”, como se um partido político fosse. A pesquisa utiliza informações do Portal de Dados Abertos da Câmara (BRASIL, 2022a), tendo como instrumentos os Códigos Python e R e métodos de *Data Science* e *Webscraping*, para a composição do banco de dados da pesquisa (que chamamos de produção legislativa), uma vez que inclui todos os tipos de propostas de lei, emendas, iniciativas e votos, bem como diversas outras categorias.

Para a arranjo dos bancos de dados, a pesquisa considera o conjunto de deputados federais com mandato no recorte analítico⁵. A extração de dados utilizou dados públicos da atuação de agentes políticos, mediante uma API – *Application Programming Interface* (BRASIL, 2022b). Utilizando essa aplicação, por meio de *Webscraping*, uma ferramenta para extração de *Big Data* da *internet*, criamos um código para obter a participação dos parlamentares em Comissões e o conjunto de todas as proposições parlamentares no recorte, o que confere sustentação empírica para a pesquisa. A lista de deputados e as análises serão compartilhadas no *GitHub* da investigação, na *internet*⁶.

Com o intuito de descrever a ação de parlamentares evangélicos e católicos carismáticos no parlamento, a análise dos dados considera a participação em comissões e a elaboração de propostas de lei. No processo classificatório, a autodeclaração confessional dos deputados reflete, portanto, a pertença dos atores a um determinado conjunto de crenças e de práticas religiosas. Respeitando essa declaração, a pesquisa classifica os deputados em “evangélicos” e

5 Na 54^a legislatura, os deputados foram (N = 628) e na 55^a (N = 596), o que supera a quantidade de 513 devido a substituições, falecimentos, cassação de mandatos, entre outros fatores. Os evangélicos representam 97 casos, e os carismáticos, 8. Os parlamentares sem vinculação religiosa totalizam 813 ocorrências, nas duas legislaturas.

6 Ver GERARDI, André. Repositório. Dados da pesquisa Evangélicos, católicos e ação legislativa: o padrão secular de atuação da “bancada religiosa” na Câmara dos Deputados (2011-2018). Postado em 2021. Disponível em: https://github.com/andregerardi/direita_crista_br. Acesso em: 29 abr. 2022.



“católicos carismáticos”, totalizando 106 deputados (evangélicos = 96 e carismáticos = 10), nas duas legislaturas.

A análise do material fortalece a centralidade do processo legislativo individual dos congressistas na elaboração de requerimentos, de discursos públicos, de emendas, de Projetos de Lei e outros trinta formatos de propostas, dado que totalizou N=165.541 casos no recorte⁷. A produção legislativa dos cristãos e dos deputados em geral, por ano, pode ser vista na tabela abaixo:

Tabela 1 – Produção legislativa geral de cristãos na Câmara (2010-2018)

Ano	Carismáticos	Evangélicos	Total da Câmara
2010	37	657	7608
2011	408	2684	26641
2012	245	2025	18589
2013	207	2367	21738
2014	143	1215	12260
2015	264	5554	27565
2016	189	3415	17441
2017	407	3624	22123
2018	185	1704	11576
Total	2085	23245	165541

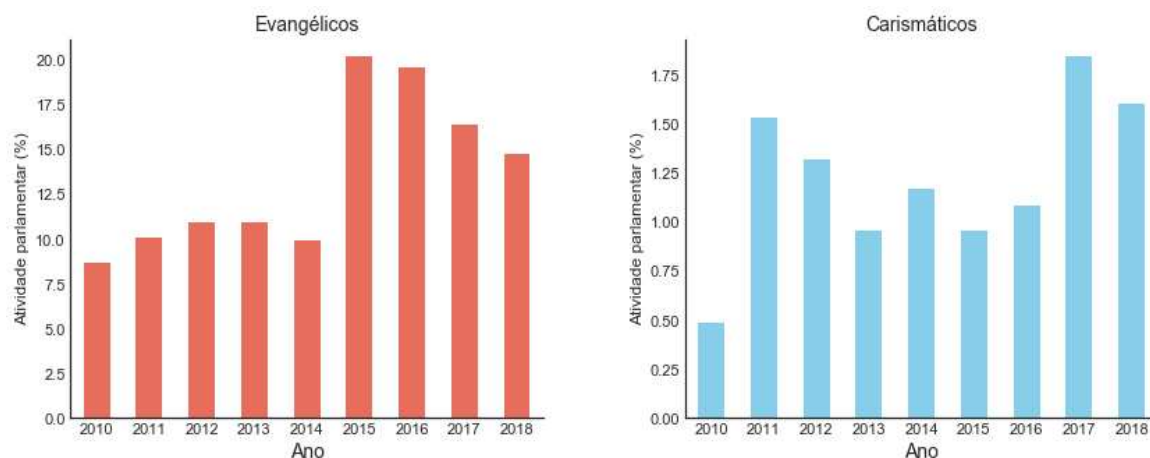
Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados

Percebe-se que a atuação varia muito e não revela um padrão retilíneo de ascensão ou esmorecimento do ativismo na produção legislativa. O pico da produção oriunda dos evangélicos foi em 2015 (com 5.554) e o dos carismáticos foi em 2011 (408), apresentando um aumento de mais de 230% de sua produção, apenas nesse ano. Também resta claro que é muitíssimo mais vasta a produção dos evangélicos, o que decorre em grande medida da quantidade bem maior de parlamentares. Finalmente, cumpre destacar que em 2015 os evangélicos responderam, sozinhos, por pouco mais de 20% da produção de toda a Câmara dos Deputados, o que sinaliza um crescimento de mais de 100% se compararmos com a atividade do ano de 2014.

7 54a Legislatura (N=79.228) e na 55a Legislatura (N=78.705). Consideramos os dados da 53ª legislatura (N=7.608), do ano de 2010, para contextualizar o aumento da produção da 54ª, tomado como referência comparativa, de sorte que se quaisquer dos religiosos que cumpriam mandato nesse ano entraram para o banco.



Gráfico 1 – Produção legislativa de deputados cristãos, por ano (%)



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados

Com mais de quarenta variantes, os Requerimentos, se somados aos Discursos Parlamentares (N=88.018), representam mais da metade (53%) da ação dos deputados nas 54^a e 55^a legislaturas⁸. Embora importante, tal produção não almeja a propositura de políticas públicas, a regulação e mesmo a produção de leis, visto que denotam uma atividade de fiscalização e de publicidade, na maior parte das vezes. A partir desse fato, um filtro condensou todas as propostas de lei e suas variantes em uma única variável, chamada Projetos de Lei, dado que representou 13% do banco (21.569 de 165.541), o que está descrito na Tabela 2:

Tabela 2 – Tipos de propostas de deputados cristãos, por legislatura (2010-2018)

Tipos de Projetos de Lei	53 ^a Leg.*			54 ^a Leg.			55 ^a Leg.		
	C	E	G	C	E	G	C	E	G
Projeto de Lei	3	53	724	56	900	7299	170	2301	10426
Projeto de Lei Complementar	1	1	32	5	34	421	9	67	489
Proposta de Fiscalização e Controle		3	25	3	18	181	7	43	202
Proposta de Emenda a Constituição		2	49	4	32	408	4	89	426
PDL de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo.		2	21	1	24	121	18	85	508
Projeto de Lei de Conversão		1	10		3	44			1
Projeto de Decreto Legislativo		1	11		11	67	1	12	43
Projeto de Resolução do Congresso Nacional			1			4			4
Projeto de Decreto Legislativo de Referendo ou Plebiscito					2	16		1	6
Proposta de Redação do Vencido em Primeiro Turno						3			0
Relatório Preliminar Apresentado com Emendas						2			5
Relatório Preliminar						1			1
Projeto de Decreto Legislativo de Medida Provisória						0		1	8
Proposta						0			3

8 Desde o enfraquecimento do Governo Federal em 2015, deputados religiosos ampliam a participação nos debates públicos, bem como engrossam as críticas às políticas públicas, o que resulta em um aumento na quantidade de requerimentos e de discursos.



Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (SF)		0	3
PDL de Alteração de Decreto Legislativo			2
Projeto de Lei do Senado Federal			1
Proposta de Instrução Normativa			1
Total	4 63 873	69 1024 8567	209 2599 12129

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados

N total = 21.569

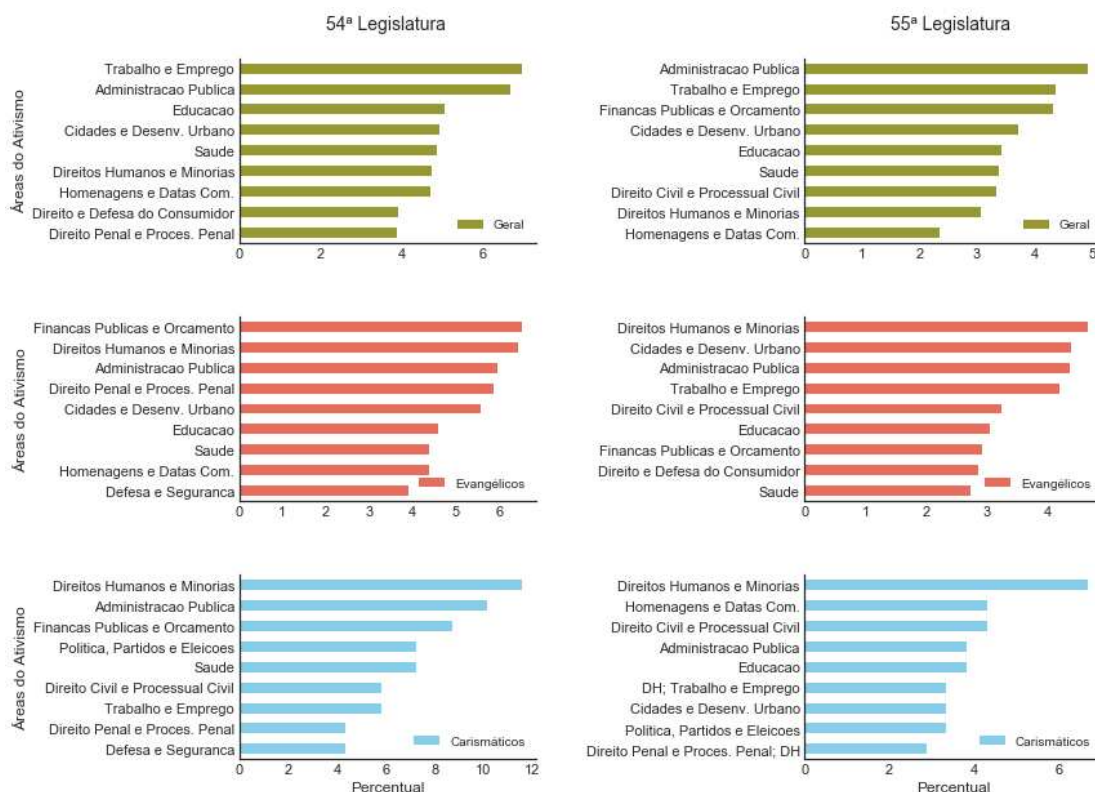
C = Carismáticos, E = Evangélicos, G = Geral

*Os dados são apenas do ano de 2010.

Vale destacar que o número de Projeto de Decreto Legislativo (PDL) de Sustação de Atos do Poder Executivo cresceu consideravelmente na 55ª Legislatura, período que coincide com o segundo governo Dilma Rousseff (mergulhado em crises que culminaram no impeachment) e com o governo Michel Temer (um “mandato-tampão” igualmente caracterizado por crises). O número de Projetos de Lei (PL’s) de autoria dos cristãos cresce, mas acompanha um movimento geral.

Considerando as 10 principais áreas de vinculação dessas propostas de lei, na 54ª Legislatura os deputados em geral apresentaram mais iniciativas nas áreas “Trabalho e Emprego” e “Administração Pública”, fato também verificado na legislatura posterior. Os parlamentares evangélicos investiram nas áreas de “Finanças Públicas e Orçamento”, “Direitos Humanos e Minorias” e “Administração Pública”, ao passo que os carismáticos focaram no setor de “Direitos Humanos e Minorias”, “Administração Pública” e “Homenagens”. É o que se extrai da análise do Gráfico 2:

Gráfico 2 – Proposições de deputados cristãos por área temática (2011-2018) em (%)



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados

A atuação ideológica de cristãos na área de Direitos Humanos, área que congrega muitas discussões que envolvem o tema dos costumes, é bastante pronunciada. O ativismo de religiosos nesse setor indica uma taxa superior em comparação com os demais deputados nas duas legislaturas, a ponto de revelar-se o principal campo da militância religiosa, sobretudo na 55ª administração. Nessa legislatura, evangélicos apresentaram mais iniciativas em setores associados a Administração Pública, Desenvolvimento e Economia, demonstrando maior interesse do que os carismáticos pelas áreas de “Trabalho e Emprego”, “Defesa do Consumidor” e “Saúde”.

Também merece registro que “Finanças Públicas e Orçamento” foi a área com maior volume de proposições por parte dos evangélicos durante a 54ª Legislatura. Se considerarmos que várias outras áreas compõem sua agenda legislativa, fica claro que, como ocorre com os carismáticos, seus interesses durante o mandato extrapolam temas mais associados às igrejas. Portanto, há uma importante agenda secular, o que indica que não se pode conceber a representação dos deputados cristãos como monotemática (eles não estão lá em nome – apenas – da religião).



A taxa de aprovação dos projetos aceitos para publicação não superou 1% nas duas legislaturas para o caso dos evangélicos. Os carismáticos aprovaram 1,4% de suas proposições na 55ª Legislatura, dado que representou no grupo geral 1,6% na 54ª legislatura e 1% na 55ª, demonstrando uma certa homogeneidade (Tabela 3). O baixo número de propostas aprovadas não constitui, no entanto, novidade no processo legislativo, uma vez que a maioria dos projetos, embora tramitem conjuntamente em diversas Comissões Permanentes ou Especiais, permanecem longos períodos aguardando pareceres e encaminhamentos diversos, bem como são retirados pelos autores. As propostas inconstitucionais são arquivadas na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), e os projetos que não indicam a fonte de recursos para sua implementação têm o mesmo destino na Comissão de Finanças Públicas e Tributação (CFT).

A Tabela 3 mostra algumas categorias nas duas legislaturas. Se compararmos as classes, na 55ª legislatura, ocorre a redução de propostas destinadas ao arquivo, à medida que os projetos passam a tramitar de modo conjunto em diversas Comissões Especiais, constituídas no período em que a Presidência da Câmara dos Deputados foi ocupada pelo deputado da Assembleia de Deus, Eduardo Cunha (PMDB-RJ⁹). Nessa gestão, diminuiu a parcela de projetos de lei arquivados, sem resultar em maior número de proposições aprovadas. Na verdade, verifica-se uma redução de proposições arquivadas na 55ª, em relação a 54ª, de modo geral.

Tabela 3 – Situação das propostas submedidas por deputados cristãos e legislatura

Situação da proposta	54ª Legislatura*			55ª Legislatura*		
	Evang.	Caris.	Geral	Evang.	Caris.	Geral
Arquivada	35,8	49,3	44,8	30,4	30,6	28,6
Tramitando em Conjunto	27,5	21,7	25,0	39,5	36,8	36,7
Aguardando Parecer	6,3	4,3	3,7	6,0	9,6	8,1
Retirado pelo Autor	5,6	4,3	4,7	2,5	1,4	2,6
Transformado em Norma Jurídica	1,1	0	1,6	0,6	1,4	1,0

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados

*Os dados não totalizam 100%, em virtude de selecionarmos apenas as três situações com maior frequência.

Considerando os projetos de cristãos, a conversão em norma jurídica não inclui propostas de áreas econômicas, embora vincule bom número de iniciativas no campo das

⁹ PMDB, sigla do Partido Movimento Democrático Brasileiro oficialmente nasceu MDB, Movimento Democrático Brasileiro fundado em 24 de março de 1966. Em 29 de novembro de 1979 o Congresso brasileiro decretou o fim do bipartidarismo representado naquele momento por MDB e ARENA. Diante disso, em janeiro de 1980 para suceder ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) criou-se o PMDB que em 2017 voltou a ser MDB.



“Finanças Públicas e Orçamento”, que exigem técnica, linguagem jurídica e indicação das fontes de recursos para sua admissão. As “homenagens e datas comemorativas”, no entanto, representam 39% das propostas aceitas de evangélicos (11 de 28) e 33% de católicos carismáticos (1 de 3), incluindo a modificação da nomenclatura de estradas, de pontes, viadutos, escolas e outras infraestruturas públicas. É certo que tais iniciativas pouco impactam no orçamento público, gerando, no entanto, resultados políticos, visibilidade pública e prestação de contas para as bases eleitorais.

Outro ponto que nos interessa diz respeito às comissões temáticas nas quais os projetos de deputados cristãos foram apreciados em maior volume. A partir do tratamento dos dados, chegamos à Tabela 4. A apresentação resume as dez principais comissões nas quais os deputados vinculam suas propostas de lei. O comportamento de ambos os grupos é parecido nas duas legislaturas, uma vez que 100% dos projetos de lei são submetidos a Mesa, que é responsável por redistribuir tais propostas, eventualmente remetendo, a posteriori, para as Comissões. Os dados evidenciam que grande parte dos projetos fica retida na Mesa: quase a metade dos projetos, independentemente do grupo parlamentar responsável por sua formulação, exceção feita aos Carismáticos, com mais de 60% das propostas retidas pela Mesa na 54ª legislatura.

Tabela 4 – Trajeto de propostas encaminhadas por cristãos à Mesa por legislatura

Comissões	54a legislatura			55a Legislatura		
	Evangélicos	Carismáticos	Geral*	Evangélicos	Carismáticos	Geral*
MESA	46,1	61,9	53,5	37,1	38,6	36,6
CCJC	15,9	7,1	12,4	17,2	15,8	16,5
PLEN	7,6	7,1	7,7	8,9	5,4	7,9
Diversos	6,8	9,5	6,1	7,5	8,7	6,8
CFT	6,3	2,4	6,7	6,7	9,8	8
CSSF	4,1	7,1	3,3	6,2	8,7	6,2
Sem descrição	4	2,4	3,7	1,7	0,5	1,7
CTASP	2,3	0	1,5	2,9	2,2	3,7
CE	1,5	0	0,8	1,7	1,6	1,9
ARQUIVO	1	2,4	0,6	0	0	0

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados

*O total não atinge 100% em função de selecionarmos apenas 10 principais áreas, onde as propostas são vinculadas, assim como não inserimos os dados da 53ª legislatura.

Outro aspecto digno de nota é que os evangélicos e carismáticos aumentaram o percentual de propostas encaminhadas à Comissão de Finanças e Tributação durante a 55ª



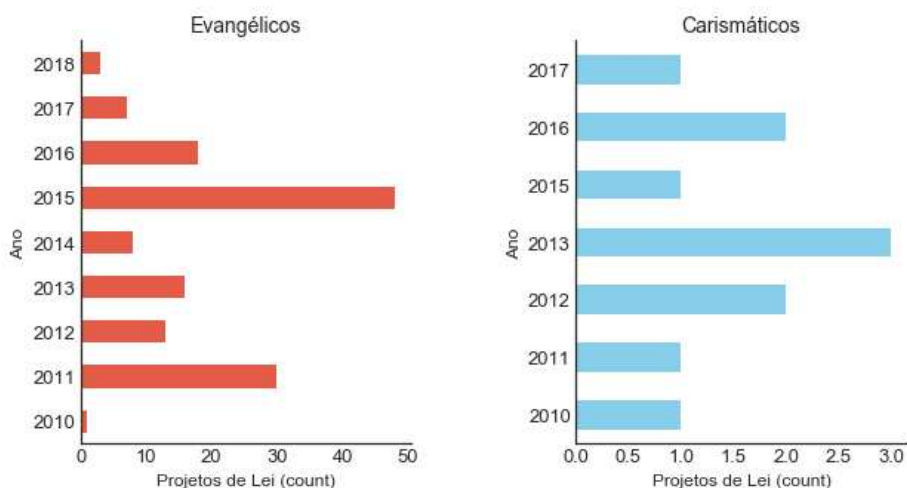
Legislatura, um comportamento que acompanha o grupo geral, embora os carismáticos tenham protocolado percentualmente menos propostas na 54^a, em relação a legislatura posterior.

O que chama a atenção, porém, é o fato de que os carismáticos obtiveram os maiores índices de propostas submetidas à Mesa nas duas legislaturas, a despeito de formarem um grupo muito menor do que os evangélicos e quase insignificante em relação aos deputados em geral. Há, portanto, um ativismo não desprezível por parte dos carismáticos no que tange à produção legislativa.

Para a obtenção da ação parlamentar sem vínculos com questões morais e de costumes, em consonância com os objetivos da investigação, a modelagem considerou os projetos não associados com áreas típicas do ativismo político de evangélicos e católicos: “direitos humanos”, “educação”, “segurança pública”, “homenagens” e “saúde”, para analisar a atuação em temas de “economia”, certamente com maior inclinação secular.

Sendo um importante mecanismo para a aprovação de matérias no âmbito do processo legislativo, a Comissão de Finanças Públicas e Tributação (CFT), dado seu foco, pode ser uma trilha para desvendarmos as características seculares de atuação dos religiosos no que tange à apresentação dos projetos de lei de sua autoria. Partindo desse pressuposto, buscamos proposições na área de Finanças e Orçamento, chegando ao total de 144 (evangélicos) e 11 (carismáticos), conforme expresso no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Proposições na área “Finanças Públicas e Orçamento” (total por ano)



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da Câmara dos Deputados

Da lista de deputados evangélicos, 55 nomes têm propostas na área de “Finanças Públicas e Orçamento”, entre eles um claramente progressista (Chico Alencar – PSOL¹⁰-RJ). Entre os carismáticos, seis propuseram iniciativas nesta comissão (sendo um abertamente progressista: Alessandro Molon (PSB¹¹-RJ). Dentre os projetos de autoria dos deputados católicos carismáticos, observa-se que a imensa maioria (10 de 11) procura diminuir a carga tributária ou isentar impostos para categorias e atividades específicas, sendo a exceção o Projeto de Lei Complementar (PLP) 324/2016, de autoria do missionário carismático, ligado a Canção Nova, Flavinho (PSB-SP). O projeto propõe instituir o “imposto sobre as grandes fortunas”, arguindo sua justificativa que “todos os níveis e classes sociais paguem de forma solidária os altos custos para sair da crise financeira em que se encontra o Estado, e não apenas os menos favorecidos arquem com os arrochos fiscais e financeiros”.

A isenção de impostos caracteriza-se como um padrão da ação legislativa de congressistas ligados a Renovação Carismática Católica. O PL 6167/2013 do deputado Izalci Lucas (PSDB¹²-DF) “concede isenção do Imposto de Renda sobre a remuneração de professores”. Na justificativa, atribui essa diferenciação a “gigantesca relevância da atividade”, à medida que essa seria uma forma de restabelecer a “dignidade da profissão”. (o mesmo deputado também é defensor do Programa Escola sem Partido). No PL 4871/2016, o deputado Eros Biondini (PROS¹³-MG) propõe “incentivos fiscais a aquisição de bicicletas”, no intuito de “reduzir os malefícios do uso de veículos automotores”.

No que tange aos evangélicos, também há três projetos voltados à tributação de grandes fortunas, mas, no geral, se identifica a mesma ênfase liberal em matéria econômica que pautou a agenda dos carismáticos: apenas 37 dos 144 projetos *não* visam explicitamente reduzir impostos ou conceder isenções fiscais. Desses, boa parte se volta para questões que extrapolam a tributação, tal como o repasse do Programa Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a estados e municípios, a renegociação das dívidas desses entes e a revisão de aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nos demais, as expressões “isenção” e “dedução de imposto de renda” (ou similares) constam na própria ementa do projeto.

¹⁰ PSOL, sigla do Partido Socialismo e Liberdade.

¹¹ PSB, sigla do Partido Socialista Brasileiro.

¹² PSDB, sigla do Partido Social Democracia Brasileira.

¹³ PROS, sigla do Partido Republicano da Ordem Social.



O pastor da Assembleia de Deus, João Campos (PSDB-GO), no PL 1661/2011 (BRASIL, 2011), intenta permitir a “cônjuges, *companheiros* e *companheiras* a opção pelo regime especial de tributação”. Campos, nessa proposta, não deixa transparecer a defesa da família tradicional, visto que reconhece: “essa tributação *familiar* conjunta seria vantajosa ainda para os casos em que um dos *cônjuges* fica desempregado”. A proposta foi submetida no ano de 2011, época em que o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconhecia o casamento de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), o deputado João Gualberto (PSDB-SE), relator da proposta de Campos, emitiu voto pela rejeição, por gerar renúncia fiscal “sem que tenham sido apresentadas a estimativa do impacto orçamentário-financeiro”¹⁴ e a proposta foi arquivada.

Ressalve-se que há também uma pauta simultaneamente “secular” e de defesa de interesses de igrejas. Inspirado na PLP 470/2009, do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), o PLP 239/2013, de autoria do deputado da Assembleia de Deus, Marcos Rogério (PDT¹⁵-RO), altera o Código Tributário Nacional para estabelecer “os procedimentos a serem observados para a suspensão da imunidade”, que estão previstos no Artigo 150, inciso IV, itens “b” e “c”, da Constituição Federal. Assim, proíbe a instituição de impostos sobre “templos de qualquer culto”, bem como impostos sobre o “patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei”. Cumpre destacar ainda, que o PRB¹⁶ é comandado por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus¹⁷ (IURD), enquanto o PSC¹⁸ é controlado por pastores da Assembleia de Deus. Marcos Rogério, portanto, nomeia templos religiosos e afins como beneficiários de imunidade tributária.

Salvo iniciativas semelhantes, a maioria dos projetos sinaliza para o fato de que a defesa do liberalismo econômico por parte dos evangélicos transcende o mero interesse das instituições

14 BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.661, de 2011. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1513839&fi-lenome=Tramitacao-PL+1661/2011. Acesso em: 05 out. 2020.

15 PDT, sigla do Partido Democrático Trabalhista.

16 PRB, sigla do Partido Republicano Brasileiro que em 2019 mudou a sua nomenclatura para “Republicanos” e hoje possui 32 parlamentares e dois senadores.

17 Desde 2011, o PRB é presidido por Marcos Pereira, atualmente deputado federal, pastor licenciado da IURD e ex-vice-presidente da Rede Record. Em 2016, Pereira assumiu o ministério do Desenvolvimento no governo Temer.

18 O Partido Social Cristão (PSC) e é liderado por pastor Everaldo, da Assembleia de Deus. N 55ª legislatura possuía 10 deputados federais, e na 56ª elegeram-se 13 deputados filiados a legenda.



às quais pertencem, e que tal defesa vem a calhar dado que atende a uma importante “pauta secular” dos religiosos e de suas igrejas.

Conclusões

Há uma carência de estudos que abordem aspectos alheios à religiosidade de parlamentares cristãos, a despeito da vultuosa literatura disponível acerca da atuação dos deputados religiosos nos parlamentos brasileiros. No entanto, os dados aqui apresentados deixam claro que temas seculares também fazem parte da atividade política destes atores.

É bastante provável que os vínculos religiosos assumam caráter central na agenda de mandato de evangélicos e católicos carismáticos na Câmara dos Deputados, sobretudo se considerarmos suas lealdades, as demandas básicas de seus eleitorados e a repercussão carregada pelas pautas que envolvem a moral ou os costumes sociais. Porém, as proposições referentes a outras temáticas estão presentes em número considerável de proposições. Ainda que o refinamento da pesquisa seja imperativo, a presença de temas como Direito Penal no rol de proposições apresentadas pode sugerir que os religiosos eventualmente possuem interesses em comum com a “bancada da bala”, outro vetor da direita brasileira da atualidade.

Em paralelo, uma análise mais detida da Comissão de Finanças Públicas e Tributação poderá gerar conclusões mais abrangentes sobre a agenda secular. Porém, já temos elementos para inferir que os projetos de autoria dos deputados religiosos nessa comissão assumem, em geral, um caráter fortemente liberal do ponto de vista econômico, que atende diretamente a um dos principais interesses seculares das igrejas (isenção de impostos). Pode aí residir outra conexão com a “nova direita brasileira” e com o bolsonarismo em particular (ao menos no que se refere ao discurso liberal que esteve presente durante a campanha presidencial de 2018).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. P. M.; FREITAS, M. V. Atuação e Leis Parlamentares dos Deputados Católicos Carismáticos. **Estudos de religião**, v. 30, n. 3, p. 39-61, 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/6359/5526>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ALMEIDA, R. A onda quebrada – e conservadorismo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, e175001, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718/16883>. Acesso em: 20 mar. 2021.



ALVES, J. E. *et al.* Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 215-242, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpago/article/view/8650718/16883>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ABRANCHES, S. H. H. Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod_resource/content/1/AbranchesSergio%281988%29_PresidencialismodeCoalizao.pdf. Acesso em? 200 fev. 2021.

BINS, M. P. E. **Migração partidária na Câmara dos Deputados no Brasil: 1999 a 2015: o impacto da Resolução-Tribunal Superior Eleitoral 22.610/2007**. Dissertação (Mestrado Ciência Política) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

BOHN, S. Evangélicos no Brasil: Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/n4WbzcvpzQYfwgd643NMQdq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 1.661, de 2011**. Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para permitir a cônjuges, companheiros e companheiras a opção pelo regime especial de tributação que especifica. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1513839&filename=Tramitacao-PL+1661/2011. Acesso em: 05 out. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Dados Abertos**, Brasília, 2022a. Disponível em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Application Programming Interface - API**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/SitCamaraWS/Deputados.asmx>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. **Glossário de Termos Legislativos**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; Senado Federal, 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/552849/001140838_GlossarioTermosLegislativos.pdf

BURITY, J. Religião e Democratização no Brasil. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 1, n. 2, p. 167-192, 1994. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1151vzv>. Acesso em: 12 out. 2020.

CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, p. 255-295, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/MjzLhCM43mvxLzMd8M9w6Zh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2021.



CATROGA, F. **Entre deuses e césaes**: Secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2006.

COUTINHO, S. Comunidades Eclesiais de Base: presente, passado, futuro. **Interações – Cultura e Comunidade**, Uberlândia, v. 4, n. 6, p. 173-185. 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6679>. Acesso em: 8 mar. 2021.

COWAN, Benjamin. “Nosso Terreno”: crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 101-125, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/PXDGNyTGFbCvRs7z46k35rm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2021.

DEBALD, B. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro – 1889/1960. **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 51-61. 2007. Disponível em: <https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/7>. Acesso em: 7 jul. 2021

FRESTON, P. **Evangélicos na política brasileira**: História ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

GERARDI, D. A. Evangélicos, católicos e ação legislativa: o padrão secular de atuação da “bancada religiosa” na Câmara dos Deputados (2011-2018). **Repositório Github**, 2021. Disponível em: https://github.com/andregerardi/direita_crista_br. Acesso em: 29 abr. 2022.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MELO, C. R. **Retirando as Cadeiras do Lugar**: Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985 – 2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARIANO, R. Pentecostais e política no Brasil. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, Internet, v. 65, 2005. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/2005/05/13.shtml>. Acesso em: 10 set. 2020.

MARIANO, R.; GERARDI, D. A. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, n. 120, p.61-76, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155531/151189>. Acesso em 15 ago. 2020.

MARIANO, R.; GERARDI, D. A. Apoio evangélico a Bolsonaro: Antipetismo e sacralização da direita. In: CARRANZA, B.; GUADALUPE, J. **Novo ativismo político no Brasil**: Os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 3, n. 34, p. 92-106, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5134>. Acesso em: 5 out. 2021.



NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. Sexualidades ameaçadoras: Religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 2, p. 121-161, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32/445>. Acesso em: 29 jan. 2021.

PIERUCCI, A. F. As bases da Nova Direita. **Novos Estudos Cebrap**, v. 3, n. 19, p. 26-45, 1987. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-19/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

POWER, T.; ZUCCO JR., C. “Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication”. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20488177>. Acesso em: 14 mar. 2021

PROCÓPIO, C. E. Carismatismo católico e eleições no Brasil. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 14, n. 16, p. 79-99, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332745800_Carismatismo_Catolico_e_eleicoes_no_Brasil. Acesso em: 9 nov. 2020.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, p. 486-522, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLn3wxS/?format=pdf&lang=pt>. Acessos em: 30 dez. 2020.

RODRIGUES, L. M. **Quem é quem na Constituinte**: Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

RODRIGUES-SILVEIRA, R.; CERVI, E. Evangélicos e voto legislativo: Diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 3, p. 560-573, 2019. Disponível em: 12 maio 2021.

SILVEIRA, E. J. S. Terços, “Santinhos” e Versículos: A relação entre Católicos Carismáticos e a Política. **Revista de Estudos da Religião**, p. 54-74, 2008. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2008/t_silveira.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

SYLVESTRE, J. **Irmão vota em irmão**: Os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia. Brasília: Pergaminho, 1986.

ZANOTTO, G. Tradição, família e propriedade (TFP): Um movimento católico no Brasil (1960-1995). **LOCUS**, v. 30, n. 1, p. 87-101, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20136>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ZUCCO JR., C. Esquerda, direita e governo. A ideologia dos partidos políticos brasileiros. *In*: POWER, T; ZUCCO JR., C. (org.). **O Congresso por ele mesmo**. Autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011.



Como referenciar este artigo

MADEIRA, R. M.; GERARDI, D. A.; QUADROS, M. R. Atuação secular da bancada religiosa na Câmara dos Deputados (2011-2018). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. 00, e022013, jan./dez. 2022. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27i00.15233>

Submetido em: 29/06/2021

Revisões requeridas em: 01/09/2021

Aprovado em: 03/02/2022

Publicado em: 30/06/2022

